

Sumário

Prefácio da 1ª edição	lxiii
Prefácio da 2ª edição	lxv
Título I	
Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	1
1.1. Conceito da palavra princípio.....	1
1.2. Devido processo legal.....	2
1.3. Verdade processual	5
1.4. Publicidade dos atos processuais	11
1.5. Contraditório.....	15
1.6. Imparcialidade do juiz.....	19
1.7. Presunção de inocência.....	23
1.8. Princípio do favor rei.....	34
1.9. Promotor Natural	36
1.10. Princípio da razoabilidade da duração do processo	44
Capítulo II – Sistemas Processuais	49
2. Noções Gerais	49
2.1. Sistema inquisitivo	50
2.2. Sistema acusatório	52
2.3. Sistema misto ou acusatório formal.....	54
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto	58
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45 (vide nova Lei de Falências nº 11.101/05).....	58
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51)	59
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95)	59
2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96)	61
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal	61

Capítulo III – Inquérito Policial	71
3. Noções.....	71
3.1. Conceito	72
3.2. Natureza jurídica.....	75
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial.....	77
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz.....	79
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia.....	81
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade ..	89
3.3. Características	92
3.3.1. Inquisitorial.....	93
3.3.2. Formal.....	93
3.3.3. Sistemático.....	93
3.3.4. Unidirecional.....	94
3.3.5. Sigiloso.....	95
3.3.6. Discricionário.....	97
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Mi- nistério Público.....	97
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	102
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Entorpecentes nº 10.409/02	107
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências.....	149
3.6.1. Natureza jurídica do (revogado) inquérito judicial.....	150
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função.....	153
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão consti- tucional.....	156
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitu- cional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica.....	164
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	166
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado.....	170
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princí- pio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	183
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor na- tural	187
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial.....	195
3.14. Desarquivamento do inquérito policial.....	200
Capítulo IV – Ação Penal	211
4.1. Noções gerais.....	211
4.2. Fundamento do direito de ação.....	212
4.3. Natureza jurídica do direito de ação.....	213

4.4.	Conceito e características do direito de ação	214
4.5.	Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação.....	215
4.6.	Ação penal pública.....	216
4.6.1.	Princípios básicos	217
4.6.1.1.	Obrigatoriedade – visão constitucional.....	217
4.6.1.2.	Indivisibilidade.....	222
4.6.1.2.1.	Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo	226
4.6.1.3.	Indisponibilidade	227
4.6.1.3.1.	Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95	231
4.7.	Ação penal de iniciativa privada	233
4.7.1.	Noções gerais.....	233
4.7.1.A.	O Novo Código Civil – Lei 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais.....	243
4.7.2.	Princípios básicos	253
4.7.2.1.	Oportunidade ou conveniência.....	253
4.7.2.2.	Disponibilidade	254
4.7.2.2.1.	Do Perdão.....	254
4.7.2.2.2.	Da Perempção	255
4.7.2.3.	Indivisibilidade.....	256
4.7.2.4.	Intranscendência.....	263
4.8.	Ação penal de iniciativa privada personalíssima	264
4.9.	Condições para o regular exercício do direito de ação.....	266
4.9.1.	Legitimidade	266
4.9.2.	Interesse de agir	268
4.9.3.	Possibilidade jurídica.....	269
4.9.4.	Justa causa	271
4.10.	Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do nulla poena sine iudicium – visão constitucional.....	272
4.11.	Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95..	281
4.12.	Ação penal nos crimes contra os costumes	286
4.13.	Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública	291
	Capítulo V – Aditamento no Processo Penal	297
5.	Aditamento no processo penal	297
5.1.	Fundamento e princípios (verdade real, obrigatoriedade, congruência e contraditório)	297
5.2.	Conceito	299
5.3.	Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	299
5.4.	Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo.....	301
5.5.	Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição.	303

5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia ..	304
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia	305

Capítulo VI – Jurisdição	319
6. Noções.....	319
6.1. Princípios	320
6.1.1. Ne procedat judex ex officio	320
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição	320
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição	321
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição	321
6.1.5. Juiz natural	322
6.1.6. Unidade da jurisdição	325
6.1.7. Nulla poena sine judicio.....	325
6.2. Competência.....	326
6.2.1. Conceito	326
6.2.2. Natureza jurídica.....	326
6.3. A competência na Justiça Federal	327
6.4. A competência na Justiça Estadual	342
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida	347
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns.	348
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	356
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	357
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	368
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	369
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	374
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação	400
6.4.9. Conexão e continência e competência recursal	404
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção	405
Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	413
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova.....	413
7.1. Objeto da prova	414
7.2. Meios de prova	415
7.3. Classificação da prova	415
7.3.1. Objeto	416
7.3.1.1. Direta	416

7.3.1.2. Indireta.....	416
7.3.2. Quanto ao sujeito	417
7.3.2.1. Prova pessoal.....	417
7.3.2.2. Prova real	417
7.3.3. Quanto à forma	418
7.3.3.1. Testemunha.....	418
7.3.3.2. Documental.....	418
7.3.3.3. Prova material.....	418
7.4. Natureza jurídica da prova	418
7.5. Princípios da prova.....	419
7.5.1. Princípio da comunhão da prova.....	419
7.5.2. Princípio da liberdade da prova.....	420
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	422
7.6. Da prova emprestada	439
7.6.1. Conceito	439
7.6.2. Requisitos	439
7.6.3. Questões controvertidas.....	441
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada	442
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença	443
7.8. Da prova indiciária	449
7.9. Do ônus da prova.....	450
7.10. Do procedimento probatório.....	456
7.11. Sistemas de avaliação das provas	458
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz	459
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	462
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	464
7.12. Natureza das normas que tratam das provas	466
Capítulo VIII – Processo e Procedimento.....	467
8. Processo: noções gerais e conceito	467
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato e da relação jurídica)	468
8.2. Pressupostos processuais.....	471
8.3. Procedimento e sua distinção de processo.....	472
8.4. Formas procedimentais.....	473
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão ..	473
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D)	473
8.4.1.2. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 usque 196 do CPP	476
8.4.1.3. Defesa prévia (DP) – art. 395 do CPP.....	485

8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação (OTA) – art. 396 do CPP	485
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa (OTD) – art. 396 do CPP	486
8.4.1.6. Diligências (DIL) – art. 499 do CPP	486
8.4.1.7. Alegações finais (ALF) – art. 500 do CPP	486
8.4.1.8. Sentença – arts. 502 c/c 381 do CPP.....	487
8.4.1.8.1. Relatório	488
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação	488
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou decisorio).....	489
8.4.2. Tribunal do Júri	490
8.4.2.A. Introdução histórica	490
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único ..	520
8.4.2.C. Libelo com imputação genérica e, conseqüente, quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?..	522
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	526
8.4.2.1. Pronúncia	531
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia	531
8.4.2.1.2. Princípio do in dubio pro societate (?).....	533
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	533
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos	534
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime	535
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos	538
8.4.2.2. Impronúncia	540
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia	543
8.4.2.2.2. Prazo.....	545
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia	545
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos	545
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis	547
8.4.2.4. Desclassificação	550
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação	552
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória	553
8.4.2.5. Absolvição sumária	553
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária	554
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária ..	554
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária.....	554
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos	555

8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis.....	557
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e recurso de ofício	562
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impro-núncia, desclassificação e absolvição su-mária).....	564
8.4.2.6. Libelo crime acusatório.....	570
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo	571
8.4.2.6.2. Libelo bifronte.....	573
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório	573
8.4.3. Entorpecentes	574
8.4.3.1. Prisão em flagrante	574
8.4.3.2. Da fase postulatoria	575
8.4.3.3. Juízo de prelibação	575
8.4.3.4. Interrogatório.....	575
8.4.3.5. Defesa prévia ou alegações preliminares	577
8.4.3.6. Despacho saneador	577
8.4.3.7. Audiência de instrução e julgamento (AIJ)	578
8.4.3.A. Entorpecentes na Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002	578
8.4.3.1.A. Denúncia	581
8.4.3.2.A. defesa prévia.....	582
8.4.3.A.3. Manifestação do Ministério Público.....	584
8.4.3.4.A. Juízo de prelibação (juízo de admissibili-dade da pretensão acusatória estatal)	584
8.4.3.5.A. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ.	587
8.4.3.6.A. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova.....	589
8.4.4. Juizado Especial Criminal	590
8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais.....	593
8.4.5.1. Institutos despenalizadores.....	594
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo	594
8.4.5.3. Procedimento sumaríssimo	594
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?.....	596
8.4.5.5. Prescrição	597
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada.....	597
8.4.6. Lei de Falência – Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.	599

Capítulo IX – Da Prisão Cautelar

9. Noções.....

9.1. Características

9.1.2. Pressupostos.....	607
9.2. Prisão em flagrante	608
9.2.1. Conceito de flagrante delito	609
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante.....	609
9.2.3. Espécies de flagrante delito.....	615
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	621
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais	623
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado	626
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado	629
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal	631
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato	633
9.3. Prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	635
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	636
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	638
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	641
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	645
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais	646
9.3.6. Revogação da prisão preventiva	647
9.4. Prisão administrativa.....	648
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível....	652
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia.....	661
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89.....	667
Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional	681
10. Noções gerais.....	681
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança.....	681
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos.....	700
10.3. Estatuto do Desarmamento e Liberdade Provisória.	702
Capítulo XI – Citação	707
11. Noções gerais e conceito.....	707
11.1. Natureza jurídica da citação	709
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	710
11.2.1. Requisitos da suspensão	711
11.2.2. Limite de tempo da suspensão	713
11.2.3. Incidência da norma	715
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão.....	717
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362).....	718
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital	718

11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital.....	719
11.2.8. Defensor público e citação por edital.....	720
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	721
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades.....	723
12. Noções gerais e conceito de nulidade.....	723
12.1. Natureza jurídica da nulidade.....	726
12.2. Princípios processuais da nulidade.....	727
12.2.1. Prejuízo.....	727
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade).....	730
12.2.3. Interesse.....	731
12.2.4. Convalidação.....	731
12.3. Sistemas.....	732
12.3.1. Certeza legal.....	732
12.3.2. Instrumentalidade das formas.....	733
12.3.3. Misto.....	734
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção.....	734
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	735
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos.....	737
13.1. Conceito.....	737
13.2. Fundamento.....	738
13.3. Natureza jurídica do recurso.....	738
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso.....	739
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação).....	739
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão.....	739
13.4. Princípios gerais dos recursos.....	740
13.4.1. Taxatividade.....	740
13.4.2. Unirrecorribilidade.....	741
13.4.3. Fungibilidade.....	741
13.4.4. Voluntariedade.....	743
13.4.5. Conversão.....	746
13.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	746
13.6. A <i>reformatio in pejus</i> indireta.....	748
13.7. Efeitos dos recursos.....	758
13.7.1. Devolutivo.....	758
13.7.2. Suspensivo.....	764
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos.....	768
13.8. Os recursos e o direito intertemporal.....	770
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos.....	772

13.9.1. Conceito	773
13.9.2. Requisitos intrínsecos	775
13.9.2.1. Legitimidade	775
13.9.2.2. Interesse	784
13.9.3. Sucumbência e interesse	789
13.9.4. Requisitos extrínsecos.....	790
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal)	790
13.9.4.2. Tempestividade	791
13.9.4.3. Regularidade formal.....	793
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia).....	793
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de deliberação).....	797
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes).....	797
13.11.1. Recurso em sentido estrito.....	797
13.11.2. Apelação.....	803
13.11.3. Protesto por novo júri.....	817
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade	833

Título II

DAS AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo I – Do Habeas Corpus.....	843
1.1. Conceito	843
1.2. Natureza jurídica.....	844
1.3. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo	845
1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i>	845
1.5. Legitimidade ativa	848
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema	850
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia ...	853
1.7.1. Juiz e competência.....	853
1.7.2. Promotor de justiça e competência	853
1.7.3. Delegado de polícia e competência.....	855
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular.....	856
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo.....	859
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito.....	863
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição.....	864
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP).....	865
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença.....	865

1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal	867
1.15. <i>Habeas Corpus</i> na Justiça do Trabalho	872
Capítulo II – Revisão Criminal	877
2. Noções gerais	877
2.1. Conceito	878
2.2. Natureza jurídica	879
2.3. Objeto	880
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir	881
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	881
2.4.2. <i>Legitimatio ad causam</i>	882
2.4.3. Interesse processual	884
2.5. Formas de revisão criminal	884
2.6. Pressupostos legais	885
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal	885
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias	890
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal ...	892
2.10. Efeitos da revisão criminal	893
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal	894
2.10.2. Absolver o réu	894
2.10.3. Modificar a pena	896
2.10.4. Anular o processo	897
2.10.5. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	899
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira	899
Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal	901
3. Objetivos e Noções Gerais	901
3.1. Conceito	902
3.2. Natureza Jurídica	902
3.3. Objeto	904
3.4. Questões controvertidas	904
3.4.1. Identificação criminal	904
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei	906
3.4.3. Prova contra si mesmo	908
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente ..	910
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório	911
3.4.6. Estrangeiro não residente no País	912
Nota final do Autor à primeira edição	917
Referências Bibliográficas	919
Índice remissivo	929